

EMENTA	
Área temática	III - Inteligência
Disciplina	2 - Técnicas e rotinas de inteligência de segurança pública
Módulo	q - Fluxos internos
Código	III.2.q
<p>Mapa de competências</p> <p>A partir do conteúdo aplicado, embasado na relação ensino-aprendizagem, são competências decorrentes desse processo o conhecimento dos conceitos, normas estruturantes, divisão de setores e atribuições da Gerência de Operações de Inteligência da Polícia Civil do Estado de Goiás; a aplicação das orientações gerais e domínio do fluxo interno para solicitações de suporte; bem como o reconhecimento da relevância da exploração adequada das potencialidades das ferramentas e serviços de apoio disponíveis à polícia judiciária.</p>	
Carga horária recomendada: 10 horas	
<p>Descrição</p> <p>As funções, propósitos e especializações dos órgãos de inteligência de segurança pública são definidos pela estrutura estatal, havendo diferentes regras, procedimentos e práticas para cada um de seus componentes. Ao tratar sobre os desafios da inteligência de segurança pública na Polícia Civil, Brandão e Cepik (2013) anunciam:</p> <p style="text-align: center;">São vários os motivos que explicam a incipiência do uso da ISP nas polícias civis estaduais, assim como é pequeno o número de profissionais que utilizam deste importante recurso. A ausência de uma cultura da prática da atividade - o que implica o quase desconhecimento de seus limites, atribuições e missões doutrinariamente definidas, bem como o desconhecimento de como a inteligência pode contribuir para a atividade fim, configura-se em um grande desafio à institucionalização da atividade no país, de forma eficaz, legal e profissional.</p> <p>No âmbito da Polícia Civil do Estado de Goiás, a Gerência de Operações de Inteligência se revela como um importante instrumento de produção de conhecimento no âmbito da segurança pública e de cooperação às investigações policiais. Sobretudo, tem desempenhado a função de busca de novos conhecimentos e ferramentas de inteligência que otimizem os resultados almejados pela Polícia Civil.</p> <p>Partindo-se da premissa de que a atividade de inteligência não revela fim em si mesma, ou seja, sua razão de existência é a produção de conhecimento para subsidiar os demandantes, conclui-se que à instituição, como um todo, tão importante quanto conhecer as técnicas de inteligência é reconhecer o fluxo do suporte a que se destina.</p> <p>Desta feita, a fim de fomentar o aproveitamento do suporte disponibilizado pelos setores da Gerência de Operações de Inteligência da Polícia Civil do Estado de Goiás aos tomadores de decisões e às investigações policiais, entende-se como imprescindível a capacitação de todos os policiais civis, através de um processo de ensino-aprendizagem no ambiente corporativo, sobre o fluxo interno de inteligência aplicado às atividades de polícia judiciária.</p>	
<p>Objetivo</p> <p>Criar condições para que o policial civil possa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ ampliar conhecimentos para entender o contexto de surgimento, normas estruturantes, divisão de setores, fluxo, bem como das ferramentas disponíveis e orientações gerais para solicitação de suporte à Inteligência da Polícia 	

Civil do Estado de Goiás;

- desenvolver e exercitar habilidades para aplicar o fluxo de inteligência da Polícia Civil do Estado de Goiás para utilização adequada do suporte disponibilizado por seus setores às demandas de polícia judiciária;
- fortalecer atitudes para reconhecer a importância da atividade de inteligência no assessoramento do poder decisório e da investigação; potencializar a produtividade e desenvolver com maior eficiência as atribuições da Polícia Civil.

Conteúdo Programático

1. Normativos de criação e estruturação da Gerência de Operações de Inteligência (GOI)
2. Organograma e divisão de setores
 - 2.1. Divisão administrativa de inteligência
 - 2.1.1. Seção setorial de informática
 - 2.2. Divisão de análises
 - 2.2.1. Seção de produção e difusão de conhecimento
 - 2.2.2. Seção de análise tecnológica
 - 2.2.3. Seção de melhoramento de imagem
 - 2.2.4. Seção de análise criminal e análise de vínculos
 - 2.2.5. Seção de análise e interceptação
 - 2.3. Divisão de operações de inteligência
 - 2.4. Divisão de inteligência de sinais
 - 2.4.1. Seção de operações de inteligência de sinais
 - 2.5. Laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro
 - 2.6. Divisão de desenvolvimento tecnológico
3. Fluxos internos
 - 3.1. Atribuições desempenhadas
 - 3.2. Noções dos potenciais suportes disponíveis (carta de serviços)
 - 3.3. Canais de atendimento
 - 3.4. Relacionamento com outros órgãos
 - 3.4.1. Fontes de informação
 - 3.4.2. Convênios
 - 3.5. Fluxograma de distribuição de demandas internas

Bibliografia indicada

- BRANDÃO, Priscila Carlos; Cepik, Marco. **Inteligência de Segurança Pública. Teoria e Prática no Controle da Criminalidade**. Editora Impetus. 2013.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. 4ª ed. Brasília: 2015.
- COSTA, Romano José Carneiro da Cunha; MATOS, Hermínio Joaquim (coord.). **Inteligência Policial Judiciária: Os limites doutrinários e legais na assessoria eficaz à repressão ao crime organizado**. Programa de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa, 2017.
- FERRO JUNIOR, Celso Moreira. OLIVEIRA FILHO, Edemundo Dias de. PRETO, Hugo Cesar Fraga; colaboração de George Felipe de Lima Dantas. **Segurança Pública Inteligente (Sistematização da Doutrina e das Técnicas da Atividade)**. Goiânia: Kelps, 2008.
- FREITAS, Felipe Costa Marques de. **Inteligência Policial I**. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, 2019. (Apostila).
- GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Inteligência de Segurança Pública. Editora Impetus. 2009.

Estratégias de ensino e aprendizagem

As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e

devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marco. **Inteligência de Segurança Pública. Teoria e Prática no Controle da Criminalidade**. Editora Impetus. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **MATRIZ CURRICULAR NACIONAL para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública/** coordenação: Andréa da Silveira Passos..(et AL). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.